

ÁREAS DAS SUB-BACIAS



LEGENDA

ÁREA DIRETAMENTE AFETADA-ADA

ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA-AD

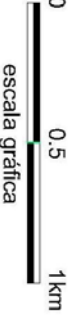
- B1.2 = 737.256 m2
- B1.3 = 187.379 m2
- B1.4 = 610.808 m2
- B1.5 = 1.852.035 m2
- B2.2 = 248.796 m2
- B2.3 = 268.472 m2
- B-3 = 362.038 m2

ARTICULAÇÃO DAS FOLHAS

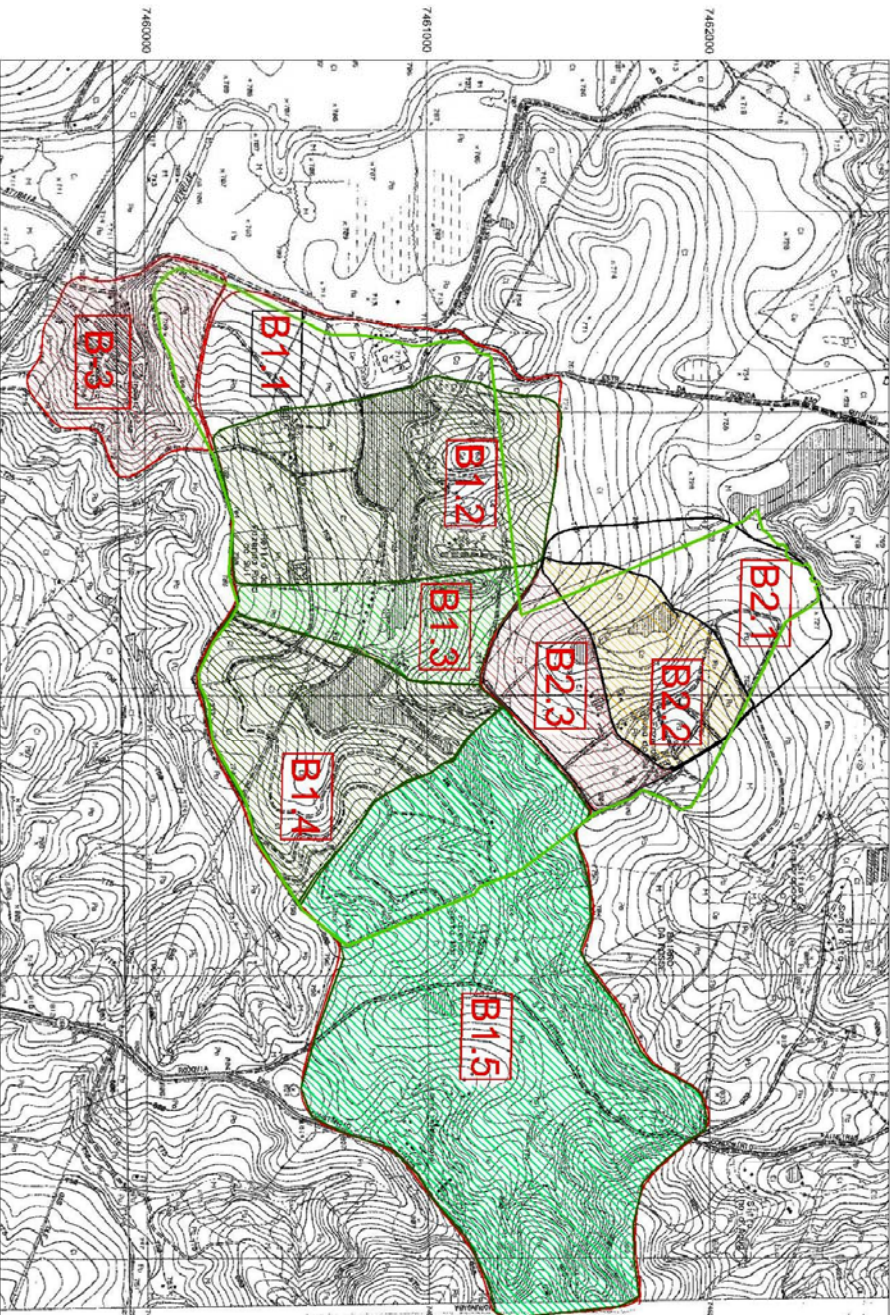
SF 23 Y A-VI-3 SEC C	077/102
SF 23 Y A-VI-3 SEC E	078/102

ÍNDICE DE COBERTURA

FOTO	ÍNDICE	Faixa	FOTOS
Q21-C	04 A	8394-8735	
Q21-C	03 A	8817-8818	
Q11-B+	03 A	8767-8768	
Q11-B+	04 A	8794-8795	



escala gráfica



P.A. BRASIL – Consultoria
Planejamento e Gestão Ambiental

AGRE URBANISMO

ITATIBA-SP

ÁREAS DAS SUB BACIAS

EIA/RIMA-LOTEAMENTO RESIDENCIAL SETE LAGOS

P.A. BRASIL

Julho/2010 Escala: GRÁFICA Desenho: ANSELMO

Responsáveis Técnicos:
Geógrafo: Marcos Tassio Nogueira Santos
CREA: 060586/005

Geógrafa: Ana Lúcia Marques
CREA: 080182/003

Folha: 4.1.5-5

4.1.6- Qualidade das águas superficiais

Para a **Área de Influência Indireta (AII)** foi considerada parte da Bacia Hidrográfica do Rio Atibaia, englobando três pontos de monitoramento da Cetesb, um nas proximidades de Itatiba e assim do empreendimento, um à jusante e outro à montante deste ponto, de acordo com o mapa da figura 4.1.6-1.

As **Áreas de Influência Direta (AID)** e **Área Diretamente Afetada (ADA)** são representadas na figura 4.1.6-2. e correspondem às microbacias dos afluentes do Rio Atibaia que passam dentro da propriedade Loteamento Sete Lagos como o Córrego da Fazenda Santa Bárbara além de trecho do Rio Atibaia à montante e à jusante do empreendimento.

A metodologia utilizada valeu-se de interpretação de fotos aéreas e imagens de satélite, revisão bibliográfica e coleta e análise de água em sete pontos de amostragem em corpos d'água da região.

A análise da água foi realizada por laboratório (Bioagri Ambiental Ltda.) certificado pelo INMETRO – ISO 17025, conforme exige a Resolução SMA nº 37/06.

4.1.7- Recursos hídricos subterrâneos

A caracterização hidrogeológica das áreas de influência do Loteamento Residencial Sete Lagos foi realizada de acordo com a diretriz estabelecida pelo artigo 5º – item III – da Resolução CONAMA 001/86, onde se lê: Artigo 5º - O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

III - definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza.

Assim, com relação às águas subterrâneas, pode-se afirmar que não ocorrem alterações à montante de seu fluxo, uma vez que estes são constituídos por mecanismos de transporte de material sempre em direção à jusante do empreendimento, a partir dos locais de intervenção.

Entretanto, a discussão sobre o uso de água do aquífero existente neste caso específico se torna desnecessária, já que não haverá exploração de água para quaisquer usos, sendo o empreendimento abastecido através de rede pública de água e esgoto, conforme documento SABESP (ANEXO I). Assim, eventuais impactos gerados pelo uso das águas subterrâneas não existem em relação a este empreendimento. Neste contexto, se não há intervenção, não há Área Diretamente Afetada (ADA).

No que tange à **Área de Influência Indireta (AII)**, seria vaga e incorreta a delimitação com base na bacia e imprecisa a indicação do aquífero como um todo, haja vista que não existem dados que permitam a quantificação exata da área de recarga e qual a porcentagem efetiva em que a mesma encontra condições de permeabilidade para a recarga e, conseqüentemente, a significância em termos percentuais, que a área impermeabilizada pelo empreendimento proposto impactaria a recarga do aquífero como um todo e sua faixa de abrangência além dos limites do empreendimento.